

## FESTIVIDADES CÍVICAS EM MINAS GERAIS (1937-1945): ESCOLA, CULTURAS E PRÁTICAS

**Aline Choucair Vaz – UNIFEMM**

No período do Estado Novo política e escola estavam muito próximas, acentuadamente em ocasião do regime autoritário instituído de 1937 a 1945. Esse período marcou balizas substanciais na educação, política e cultura brasileiras, por centralizar normas e práticas e construir tradições em torno de um ideário nacionalista, para a formação do homem moderno rumo ao trabalho pela pátria.

As festas cívicas, nas décadas de 1930 e 1940, com a participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças e a população em geral, lotavam os estádios de futebol, as praças e as escolas e contavam com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles laudatórios e outros. Com ênfase especial nas escolas, essas festas invadiram o cenário escolar, estando presentes tanto nos espaços físicos das escolas (pátios, salas de aulas), quanto no material didático (cartilhas, manuais, cartazes, etc), interferindo no cotidiano escolar.

A pesquisa ora apresentada resultou quando produzi minha monografia de Iniciação Científica e foi motivada pela constatação do número acentuado de festas que eram promovidas pelo Estado Novo. A pesquisa demonstrou a estreita relação das festas cívicas com o mundo escolar, fato evidenciado no movimento de exteriorização da escola, com as crianças e jovens, assim como os professores, saindo dos espaços dos ginásios e grupos escolares para as paradas e solenidades políticas. Na época, fiz uma breve relação com a educação, pois estava mais preocupada com as questões de natureza política e cultural. Procurando ampliar a análise no mestrado, voltei-me para o estudo da relação entre a escola, basicamente a do ensino primário e as festas cívicas. Essa pesquisa demonstrou também como fontes extra-escolares podem ser canais úteis de inserção da escola no espaço público. Utilizei de fontes de jornais O Estado de Minas e Folha de Minas, incluindo matérias, reportagens e o suplemento infantil; livros de leitura adotados no ensino primário, revistas da associação de professoras do ensino primário, hinários da época, a legislação do período. A opção da escolha por Minas Gerais deveu-se às facilidades geográficas e à melhor delimitação de espaço. A escolha do ensino primário – muito embora não tenha sido objeto de reforma de ensino no período do Estado Novo – foi feita por ele ter contemplado ações efetivas de nacionalização do ensino, por meio da

alfabetização da língua pátria, tornando-se palco de grande profusão das idéias-força do regime, nos materiais escolares e extra-escolares e nas celebrações cívicas.

Entender a relação entre a educação e as festas cívicas é fundamental para compreendê-la no contexto do progresso e da renovação de mentes, pretendida pelo Estado Novo. Na diversidade de festividades, aquelas que mais se destacaram foram as festas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho, cada qual trazendo suas formas peculiares de envolvimento das massas, de reafirmação de significados e lemas para o futuro, nos quais se enquadravam: desenvolvimento, trabalho e amor à pátria.

O objetivo dessa pesquisa é, portanto, perceber como as Festas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria legitimaram as idéias referentes ao trabalho e à fé patriótica na infância, sendo a escola uma instância útil e eficaz para a educação da nação, por meio de sua exteriorização, ou seja, da participação pública das escolas nessas festividades. Optei pelo uso de dois referenciais conceituais que julgo apropriados para a análise proposta, que são as noções de imaginário e das representações políticas.

Baczko (BACZKO, 1985) situa os imaginários no terreno da História a partir dos conceitos de ideologia, mito e utopia, incluindo as linguagens da religião, da arquitetura, da filosofia, da política e como elas se relacionam. Para ele, o imaginário social constitui um sistema de símbolos da sociedade, que traduzem seus valores conscientes e inconscientes, num jogo de representações que se entrecruzam ou se tornam concorrentes. Os discursos e os jogos de representações num momento de autoritarismo político são acirrados por um clima de tentativa de imposição de idéias e valores, e ganham força despertando imaginários concorrentes, movimentos de idéias, símbolos e discursos que travam um duelo de forças simbólicas em busca de espaço e de poder.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, como uma forma de garantir espaço no domínio do poder, via uso do autoritarismo político, imagens e discursos foram canalizados e largamente utilizados para consolidação e reafirmação de um imaginário coletivo, que se sustentava em idéias e valores já presentes no universo cultural coletivo: conservadorismo, modernidade tecnológica, patriotismo e trabalho, legitimando a cidadania do trabalho construída desde 1930. Comunistas, liberais, integralistas e demais grupos insatisfeitos com o governo foram perseguidos e silenciados com o autoritarismo político, sendo fracassadas, até 1945, as tentativas de tomadas de espaços de poder por esses grupos.

As festas cívicas podem ser consideradas “espetáculos de poder”, em que além de exaltar o poder do Estado, em momentos de exacerbação autoritária, lidam com uma

comunidade imaginada, de símbolos, costumes e tradições que são apropriados e reapropriados a partir do jogo de imagens e discursos. O cunho salvacionista e religioso presente nas festas cívicas é de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime e suas formas de manifestação.

O jogo político presente nas festas cívicas inicia-se a partir de sua organização, local, convidados, ritos, etc, e revela iniciativas e referências simbólicas dos elementos que se quer legitimar ou esquecer, tornando-a um teatro político, em que escolhas são feitas a partir dos significados que se quer fundar.

A escola tem se utilizado largamente das festas cívicas com o objetivo de estabelecer e manter valores considerados como importantes. As festas cívicas políticas e as festas cívicas escolares diferenciam-se uma da outra, uma vez que as primeiras visam atingir a sociedade em geral, e as segundas destinam-se ao público propriamente escolar. Além disso, a festa escolar organiza-se e se realiza segundo princípios ligados ao ensino propriamente dito (por exemplo, da Língua Portuguesa, da História, da Educação Moral e Cívica), embora também a festa política tenha caráter pedagógico. Muitas vezes as festas escolares são influenciadas pelos mesmos rituais e objetivos da festa política. Desta forma, festa política e festa escolar se encontram e são adaptadas a partir de seus contextos e públicos, estabelecendo entre si profícuas parcerias, tendo a escola influência sobre a política, e a política, sobre a escola.

A escola é, pelo menos desde o século XIX, alvo da política como campo fértil para semear idéias-força e preparar o futuro. Em regimes autoritários, a escola é ponte e meio de propagação destas idéias-força com um maior grau de intensidade, no intuito de tolher a diversidade e promover a uniformização a partir dos valores do regime vigente.

No Brasil, desde o século XIX, já eram realizadas celebrações cívicas, potencializadas principalmente com a proclamação da República. A partir de 1930, o Estado foi progressivamente assumindo o controle sobre a organização das comemorações, principalmente no momento em que a responsabilidade pelo culto cívico e patriótico passou a ser do Ministério da Educação (Cf. FONSECA, 2005). Com a forte centralização do Estado, acentuada em 1937 com o Estado Novo, as escolas passaram a ter participação ativa nas comemorações cívicas oficiais.

As festividades do Dia do Trabalho envolvendo os estabelecimentos do ensino primário ocorriam nos Grupos Escolares, e também nos estabelecimentos de ensino secundário, nas instituições de ensino superior e em associações culturais e de classe. O

público-alvo dessas comemorações eram os operários, sindicatos e trabalhadores nacionais, não inviabilizando, porém, o investimento maciço, nas escolas, das noções de trabalho, reforçadas pela data comemorativa.

A noção educativa do trabalho perpassava toda a sociedade, e, na escola, por ser *locus* formador das novas gerações, a educação pelo trabalho e para o trabalho toma espaço nos investimentos do governo, principalmente por meio dos materiais escolares e extra-escolares. Mesmo que a escola apareça mais diluída no espaço público, nas festividades do Dia do Trabalho dá-se ênfase ao tema *trabalho* no interior das escolas e também nos projetos e discursos do governo para a infância e juventude, futuro da nação trabalhadora e patriota.

Antes da década de 1930, as lições sobre trabalho, com cunho religioso, para a conquista das virtudes do indivíduo e redenção de si mesmo sempre estiveram presentes nos livros de leitura e de moral e cívica; após 1930, sobretudo no Estado Novo, além desta conotação, percebe-se uma crescente referência à criança operária. É notória, assim, a tentativa de “proletarização” da infância, ultrapassando o sentido religioso e virtuoso para o social e econômico.

O reforço da união sujeito-trabalho-pátria é marcante nas composições de alunos e histórias para as crianças, presentes no suplemento infantil do Jornal Folha de Minas. Também nos livros para o ensino primário, de orientação cívica e moral, e de ajuda ao aprimoramento da leitura, publicavam-se ilustrações das crianças trabalhando e lições com referência à escola do trabalho, como escola da vida. Tanto nos relatos jornalísticos quanto nas histórias dos livros de leitura para o ensino primário, há a participação das crianças nas comemorações do Dia do Trabalho. Nestes livros, nas histórias sobre as festas do trabalho nas escolas, bastante romanceadas, as crianças aparecem participando espontaneamente, ao contrário do que se depreende da análise das descrições das festas, presentes nos jornais. Como vemos na descrição das festividades nos grupos escolares, a participação dos alunos nas escolas é mais formal, na apresentação de redações e declamações, constituindo-se numa solenidade organizada pela escola, com a presença de autoridades. As competições esportivas, comuns nas festividades das escolas, após a celebração cívica, denotam um clima de maior descontração para o público infantil, além do fundamental papel que a educação física e o esporte têm no momento para o desenvolvimento das potencialidades do corpo e, neste sentido, na conquista da “robustez” para a “melhor formação da raça”.

Durante as solenidades comemorativas do Dia do Trabalho nos estabelecimentos de ensino, retratos de autoridades como Getúlio Vargas e Benedito Valadares eram

inaugurados, evidenciando a influência direta da política personalista nas comemorações cívicas nas escolas. Também ao longo do ano, desenhos dessas autoridades feitos pelas crianças eram publicados nos suplementos infantis, que chegavam a oferecer moldes de como desenhar o rosto de Benedito Valadares e de outras personalidades políticas.

A política envolvia-se intensamente nos projetos educacionais por meio da propaganda, que, a partir das festas cívicas, procurava a legitimação de mitos políticos nas escolas. Os suplementos infantis contavam com a participação direta de professores e alunos, que se identificavam com as histórias e participavam das mesmas, envolvendo-se na elaboração de composições, desenhos, concursos, o que favorecia o estabelecimento de uma ponte direta com o mundo da escola. A Secretaria da Educação promovia concursos entre os suplementos infantis dos principais jornais, o que aumentava o intercâmbio entre alunos, professores e redatores em torno das idéias circulantes do período.

Nas festividades do Dia do Trabalho, eram promovidas matinês com filmes para os alunos de escolas primárias, com a presença também de alunos de outras escolas, como a de aprendizes e artífices. Esses filmes eram, geralmente, de temas sacros. O universo cultural de matriz religiosa ajudava a consolidar as idéias sobre o trabalho virtuoso e a necessária submissão e renúncia para conquistar virtudes. Nas composições enviadas pelas crianças para os suplementos infantis, juntamente com temas de exaltação patriótica da História nacional, uma profusão de lições com fundo moral fazia-se presente, explicitamente amparadas na cultura religiosa. A intolerância àquele que não esteja identificado como futuro trabalhador tem alicerce nas matrizes religiosas e é potencializada pelo discurso uniformizante da cidadania do trabalho, no âmbito social e econômico. Na escola, ela estará centrada na difusão das noções de trabalho para a formação da criança, futura trabalhadora, e reforçada pelos momentos das festividades cívicas, em especial do Dia do Trabalho.

Outro espaço para a inserção das crianças e jovens nas comemorações cívicas do Dia do trabalho era o da Federação Mineira de Escoteiros, que também participava ativamente das festividades políticas e escolares. As missas para os operários também contavam com a participação dos seus filhos, demonstrando a preocupação com a inclusão da infância nas festividades da data, fora do espaço escolar, assim como ocorria com os escoteiros. A infância, para além da escola, da mesma forma, era alvo importante no reconhecimento do ideário que se pretendia projetar por meio da festa, constituindo-se no futuro operariado. Neste sentido é que a escola exteriorizava-se, fazendo parte do projeto de difusão do ideário trabalhista do Estado Novo, na valorização do trabalho e de sua comemoração.

O dia 7 de setembro, comemoração da Independência do Brasil, foi uma das datas cívicas mais celebradas no Estado Novo, tendo a escola como um dos principais centros das realizações festivas. Nessa ocasião, também chamada de Dia da Pátria, as festividades incluíam outros dias da semana, envolvendo a escola, cujo público-alvo eram os jovens e as crianças, constituindo-se, assim, na Semana da Pátria. O calendário festivo compunha-se do Dia da Raça, 03 de setembro; do Dia das Escolas, 06 de setembro; e do dia 07 de setembro, comemoração da proclamação da Independência.

Na capital do País, a data de 7 de setembro era comemorada com desfiles dos militares e de diversas associações, principalmente no estádio do Vasco da Gama, com a presença de autoridades políticas e educacionais. O presidente Getúlio Vargas fazia seu habitual discurso sobre a data, acontecendo, depois, as apresentações artísticas que envolviam temas nacionais, sempre com a participação das crianças. Bandeiras do Brasil e uma ornamentação verde e amarela compunham o cenário de exaltação dos símbolos nacionais.

A data representava, no discurso do governo e da imprensa em geral, um momento em que, por meio da comemoração dos fatos do passado, se projetavam no presente a força e o exemplo para superação dos problemas vigentes e a vivência da fé patriótica.

A Semana da Pátria era festejada com bastante alcance nos lugares públicos, em Minas Gerais, tendo o seu auge no dia 7 de setembro. As reportagens de jornal descrevem as comemorações em plano nacional, focalizando as festividades nas principais capitais brasileiras. Além de Belo Horizonte, havia também referências a outras cidades mineiras: Itaúna, Juiz de Fora, São João del-Rei, Manhuaçu, Itabira, Bom Sucesso, Jacutinga, Piranga e outras.

Desde o início do mês de setembro, os jornais divulgavam a agenda das atividades cívico-esportivas para a comemoração da data, publicando, ainda, a programação dos temas das palestras e dos discursos a serem proferidos. A grande maioria dessas atividades era realizada pelos grupos escolares, e os pronunciamentos alusivos à data eram ministrados por professores, diretores e alunos, perante as “grandes autoridades” convidadas. Além da participação das escolas nesses eventos cívico-esportivos, muito difundidos no Estado Novo, havia também festividades envolvendo os principais clubes de esportes da cidade de Belo Horizonte, como o “D. I. Sport Club”, “S.C. Paysandú”, “Atlético”, “Clube Sete de Setembro” – realizando este último, no seu aniversário de criação, um “*meeting* cívico-esportivo”.

Além disso, participavam dos programas comemorativos a Academia de Comércio, academias militares, Federação Mineira de Escoteiros (“os lobinhos”), as rádios, os renomados clubes da cidade, os sindicatos de classe, lojas maçônicas, teatros, entre outros. Eram registradas solenidades e paradas militares em frente ao Palácio da Liberdade, sede do governo estadual, em Belo Horizonte, sendo que os desfiles também abrangiam as principais avenidas da cidade.

As instituições de ensino eram a grande atração das comemorações, sendo sempre relacionadas e encarregadas de organizar os eventos. A imprensa exibia com honra as escolas e suas comemorações e desfiles, a fim de mostrar a preocupação dos estabelecimentos de ensino com as “cousas da pátria”. Dava-se destaque aos alunos que participavam declamando poesias ufanísticas, presentes nas comemorações das escolas. As festas envolvendo associações culturais e os principais estabelecimentos de ensino do Estado ganhavam relevo, ressaltando-se as chamadas de referência à bela formação cultural e patriótica das crianças e jovens.

A Secretaria de Educação de Minas Gerais determinava as comemorações em todas as escolas, nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro. As atividades deveriam ocorrer durante o horário escolar, segundo orientação da Secretaria, que dividia as escolas participantes em blocos, a fim de que as festividades não ocorressem simultaneamente em todas elas. Essa programação era também divulgada previamente pela imprensa. Também durante a semana, a Secretaria de Educação reforçava a orientação aos professores das Escolas Normais, aos fiscais permanentes, aos grupos escolares, às escolas reunidas e demais educandários, para o que se deveria ressaltar junto aos alunos e crianças, nas festividades envolvendo a data comemorativa da Independência.

O ensino da História pátria vem como recurso comparativo para o entendimento dos acontecimentos atuais pelas crianças, numa relação de causa e efeito, estritamente linear, com o objetivo de formação cívica e disciplinarização da infância. Essa ação é reforçada pelo momento conturbado que o País vivenciava, em pleno regime autoritário, tendo paralelo a isso, uma guerra mundial que envolvia os regimes autoritários da Europa. A escola, para o Brasil, seria modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico, fazendo dos jovens e das crianças um exemplo para que a pátria pudesse ser educada. O imaginário construído da criança que nasce e estuda num Brasil “novo” reforçava o papel da escola e da educação como formadoras da nação, utilizando as comemorações cívicas como canais úteis de exteriorização da criança e da escola para o restante da sociedade.

Durante a Semana da Pátria, as histórias sobre a Independência eram reforçadas nos suplementos infantis, com grande incidência nos livros infantis para o primário, nos quais o tema aparecia relativamente mais que os outros fatos históricos. Ao tratar da Independência do Brasil, os livros exprimiam o culto ao seu principal herói: Dom Pedro I. Ele era tratado como o “salvador da pátria”, personagem que resolveu todos os problemas do Brasil após o retorno de Dom João VI a Portugal. Palavras de empenho e energia, inteligência e perspicácia, eram atribuídas à sua figura. Ao falar de Getúlio Vargas, a mesma caracterização se fazia: o homem que enfrentava diversas dificuldades em nome dos anseios do País. Sua “mística” de empreendedor era valorizada na descrição de seu governo. A figura de D. Pedro I, popular entre as crianças, mesmo fora da data comemorativa, era desenhada e enviada ao suplemento infantil, possivelmente inspirada nos livros de leitura, que continham histórias sobre a Independência.

Nas cidades do interior, os grupos escolares, juntamente com as Prefeituras, organizavam a programação de eventos e palestras durante a semana, os quais tinham como objetivo projetar ufanisticamente os vultos da nossa História. A mocidade era vista como a responsável pelo futuro do Brasil, por isso era fundamental sua cooperação e seu compromisso no culto ao patriotismo, em busca de um país cada vez melhor.

Os jovens e as crianças, além de participarem das atividades cívico-esportivas nas escolas, desfilavam pelas ruas, exibindo os símbolos e as cores da bandeira brasileira. A partir de 1940, durante a Semana da Pátria, passou a ocorrer a Parada da Juventude Brasileira, em Belo Horizonte. Daquele ano até o fim do Estado Novo, essas paradas aconteceriam sempre no início de setembro, com a presença de muitos estabelecimentos de ensino. Nos jornais, reproduziam-se os *croquis* divulgados previamente, que consistiam no mapeamento de todo o itinerário da Parada da Juventude. Os colégios mostravam com garbo e entusiasmo o desfile de seus alunos. A realização da Parada da Juventude Brasileira durante as comemorações da Semana da Pátria evidenciava, a preocupação com a formação não somente moral, mas também cívica e física da população. A Semana da Pátria foi uma das maiores festividades cívicas do Estado Novo e aproximou a escola da população, difundindo as noções de civismo e de culto patriótico como formadoras do cidadão ideal.

Somente em 1945 é que as paradas dos escolares deixariam de ser organizadas pelo governo. Naquele ano, com a censura já rompida, evidenciou-se uma gama de críticas ao governo Vargas. Muitos opositores acusavam-no de ditador, igualando-o aos ditadores

fascistas contra os quais o Brasil lutara na guerra. Muitos inimigos do governo aproveitaram o momento das festas cívicas para acusar o sistema inspirado pelo fascismo e discutir a futura eleição presidencial. A Juventude Brasileira foi extinta, mas as Paradas da Juventude continuaram a ser realizadas. As festas não perderam seu caráter de entusiasmo patriótico, mostrando os anseios dos vários grupos existentes por mudanças na política brasileira. Em 1945, ainda era possível ver o mesmo tom festivo da Parada da Juventude em Belo Horizonte, comemorando a fé no futuro do Brasil, agora livre das influências dos países nazi-fascistas.

As festividades do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria incluíram, nos diversos espaços sociais, momentos de exaltação patriótica e de propaganda política durante o Estado Novo. A escola, na Festa da Semana da Pátria, foi alvo fundamental dos investimentos do governo e teve, na valorização da celebração da proclamação da Independência, um instrumento útil para o projeto de construção da nação no cotidiano escolar e no ensino. Essa comemoração projetou um investimento maciço, na escola, das idéias de civismo, sacrifício e trabalho, intensificando o envolvimento dos atores sociais da infância e juventude. Ao ser exteriorizada, por meio das paradas e desfiles comemorativos da data, a escola era apresentada como um modelo de educação para a nação. Isso também evidencia o movimento de aproximação da escola com outros grupos sociais, justamente para servir como modelo de uma geração nova, agindo também na educação daqueles que não estavam presentes no universo escolar. O evento histórico da proclamação da Independência serviu de ensejo para construir uma “pedagogia da memória”, ao se estabelecerem comparações com o Brasil naquele presente e reforçar, por meio da história e da memória, as idéias de unidade, patriotismo e nacionalismo. O discurso de nação una, sem conflitos e trabalhadora, seria, assim, legitimado.

A Festa do Dia do Trabalho, que tinha como público-alvo privilegiado os sindicatos e os trabalhadores, também envolveu a participação da escola. Mesmo mais diluída no que diz respeito à sua participação pública nas comemorações, a escola foi palco de uma ação pedagógica intensa, voltada para difusão das idéias de trabalho conforme as diretrizes do regime. Essa ação tinha como objetivo a construção de uma cidadania do trabalho, para toda a Nação, e que fosse iniciada na infância. A circulação de materiais didáticos e extra-didáticos, que valorizavam o patriotismo e o trabalho, indica a importância da participação da escola nos investimentos do governo.